

# LEITURA OBRIGATÓRIA

Roteiro Político e Econômico de Brasília

Indignado com os rumores de que as multinacionais vão tentar cooptar apoios para suprimir dispositivos do texto constitucional, o relator-geral da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral, pediu e foi atendido: o presidente Ulysses Guimarães reúne-se, hoje, com os seus companheiros da mesa diretora, para examinar a providência a ser tomada.

Como já se esperava, até meia-noite, quando se encerra o prazo para a apresentação de emendas, vai haver muito correio de deputados e senadores junto à Se-

cretaria Geral, para registrar as suas propostas. Os mais interessados estão conseguindo que companheiros, menos preocupados com mudanças no segundo turno, cedam os seus direitos — cada constituinte pode defender quatro supressões ou correções.

Os deputados Nelson Jobim, em nome do PMDB, e José Lourenço, representando o PFL, tentam um amplo entendimento para a votação do segundo turno. Como majoritários na Casa grem deixar para decisão em plenário só o que for impossível de negociar, mais ou menos cinco por cento de todo



Fernando Lyra

o projeto em discussão.

De volta a Brasília, depois de sua significativa visita à China, o presidente José Sarney encontra-se com os seus representantes mais vigilantes no

Congresso Constituinte. Pretende montar uma estratégia de atuação para garantir a supressão de algumas definições constitucionais, que, no seu modo de entender, são prejudiciais aos interesses do País.

Enquanto isso, em Recife, durante uma festa, que se espera concorrida, o deputado Fernando Lyra, um histórico do PMDB, assina, à noite, abonada por Leonel Brizola, a ficha de filiação ao PDT. Coordenador da vitoriosa campanha de Tancredo Neves, pretende, agora, repetir o feito com relação à candidatura do ex-governador à Presidência da República.

# Nova Carta invalidará 113 decretos de Sarney

MARBA FURTADO Da Editoria de Política

Com a promulgação da Constituição, 113 decretos-les enviados ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo podem ser considerados rejeitados, ressalvados apenas os atos praticados na sua vigência. Isto porque, além da dificuldade enfrentada pela Câmara dos Deputados para obter 325 signatários ao requerimento de convocação extraordinária da Casa para este mês, um dispositivo do texto constitucional estabelece a rejeição destas matérias que não forem decididas até a data da promulgação. Esta nova disposição pode favorecer o encaminhamento de decretos como o que congelou a URP dos servidores públicos nos meses de abril e maio.

Este decreto-lei, nº 2425, conta ainda com oito sessões para sua tramitação, antes que passe por decurso de prazo. Os defensores de sua revogação resolveram agora investir na rejeição da matéria através do dispositivo constitucional. Se até a data da promulgação da Carta o plená-

rio do Congresso não conseguir se reunir para apreciar o congelamento da URP, mesmo que o decreto esteja previsto na pauta, ele será considerado rejeitado. Os servidores não receberão o percentual de seus salários perdidos em abril e maio, mas terão um novo argumento para fortalecer as ações que se encontram na Justiça visando reaver o que foi congelado.

A convocação extraordinária no recesso parlamentar do final do ano passado e começo deste serviu para "desengavetar" várias matérias recebidas pelo Congresso. A maioria dos decretos-les que hoje dependem de apreciação foi, pelo menos, lida naquela ocasião e se encontra tramitando em regime de urgência. Entre eles, o de nº 2335, de 12 de junho de 1987, que lançou o "Plano Bresser": congelamento de preços e aluguéis, reajustes mensais de salários e vencimentos, instituição da URP e outras providências. Depois deste, o presidente da República enviou ao Legislativo cinco decretos-les que alteram a redação do primeiro, adequando as medidas econô-

micas adotadas. O plano já deixou de vigorar, o Ministério da Fazenda ganhou outro titular, mas o Congresso ainda não apreciou qualquer uma das matérias.

Entre os decretos-les pendentes de apreciação se encontram ainda todos os que estabeleceram mudanças no Imposto de Renda e no IPI; outros que alteram o pagamento de gratificações e vencimentos a categorias específicas de servidores públicos; um que modifica a legislação dos programas do PIS e do PASEP, ainda não encaminhado ao Legislativo. Embora a proposta de convocação extraordinária do Congresso seja para o período a partir do dia 18, o número baixo de signatários da lista da Câmara não assegura que este trabalho seja efetivado.

Até o final da tarde de ontem, a liderança do PMDB na Câmara não havia conseguido nem a metade das assinaturas necessárias ao requerimento de convocação. O presidente Humberto Lucena recebeu apenas o pedido assinado por dois terços dos membros do Senado. Ele aguarda o mesmo dos deputados, mas o

esvaziamento da Constituinte dificulta esta tarefa. Há possibilidade, no entanto, que mesmo após quinta-feira, quando os parlamentares devem voltar a Brasília, o requerimento dos deputados não atinja o número necessário, inviabilizando a convocação para o período de recesso.

Este artifício favorecerá principalmente os críticos do congelamento da URP, que desde 2 de maio, quando o decreto-lei foi lido em plenário e começou a tramitar, vêm lutando para revogar a matéria em sessões conjuntas das duas Casas. A última sessão estava marcada para quinta-feira última, e foi cancelada em função dos trabalhos da Constituinte. O deputado Paulo Paim (PT/RS), depois de acusar o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, de estar "compactuando" com o Palácio do Planalto, por promover manobras que impedem a convocação das Casas, assegurou que agora irá investir no dispositivo constitucional. A proposta é "empurrar" a votação do decreto até a promulgação da Constituição, quando ele ficará automaticamente rejeitado.

## Governo Federal

### Administração

Logo após desembarcar de Natal, onde passou o final de semana, o ministro Aluizio Alves reúne-se, em seu gabinete, com a sua assessoria imediata.

- Não tem outros compromissos programados.

### Aeronáutica

O ministro Octávio Moreira Lima, que retornou ontem da China, dedica esta segunda-feira a reuniões com dirigentes dos diversos departamentos de sua Pasta.

- Não concede audiência, hoje, ao público externo.

### Agricultura

O único compromisso do ministro Interino Lázaro Ferreira Barbosa é em São Paulo.

- As 14h, preside a abertura da Frutifeira, no pavilhão da Bienal do Ibirapuera.

### Cultura

Quem passa o dia no

### AGENDA DO PRESIDENTE

Oficialmente, a agenda do presidente José Sarney registra, apenas, reuniões que terá, à tarde, com os ministros da Casa.

- As 15h, general Ivan Souza Mendes (SN); uma hora depois, general Bayma Denys (Gabinete Militar); e, às 17h, Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil).

### Interior

Importante a conversa do ministro João Alves, em seu gabinete e que está prevista para as 15h.

- O seu interlocutor será o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel.

- As 16h, concede audiência ao deputado estadual Djalma Lobo (PFL-SE).

### Minas e Energia

Depois de visitar algumas cidades do interior

### Saúde

Em Darmstadt, na Alemanha Ocidental, o ministro Borges da Silveira participa, hoje, de reunião da Conferência sobre Seguro Saúde, tendo ao lado o seu colega alemão, que o convidou para o encontro.

- Enquanto isso, em Brasília, Francisco Beduschi, o interino, estará presente à abertura do II Encontro Nacional de Coordenadores de Odontologia, no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

### Trabalho

Começa, às 11h, a agenda oficial do ministro Almir Pazzianotto, quando recebe o embaixador da Espanha, José Luiz Crespo.

- As 14h30, estará com Aldo Guarda, do Sindicato de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo, e, às 15h30, com o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos.

### Previdência

Só no final da tarde o ministro Renato Archer troca o Rio de Janeiro por Brasília.

- Pela manhã, no seu gabinete carioca, encontra dirigentes de entidades vinculadas ao seu Ministério.

### Relações Exteriores

O ministro Abreu Sodré tem dois compromissos

# Passarinho crê que trabalhador pagará o rombo da Previdência



Jarbas Passarinho

As decisões da Constituinte em relação à Previdência Social são humanas e, nesse aspecto, ninguém contesta. Mas para bancar os custos não existirá fórmula mágica, advertiu ontem o líder do PDS, senador Jarbas Passarinho, com a autoridade de titular da Pasta, para quem a saída será mesmo aumentar as alíquotas de contribuição dos trabalhadores. Foi isso que fez em 1981 o ex-ministro Jair Soares, lembrou, quando por falta de recursos elas passaram a variar de 8%, até 10% do salário de cada contribuinte.

O aumento da contribuição deverá ser feito por causa da decisão da Constituinte em dobrar — passou de meio para um salário mínimo — o valor da renda mensal vitalícia, paga atualmente a quem tem mais de setenta anos; e também da aposentadoria rural, para maiores de 65 anos. Além disso, reduziu essa idade em cinco anos. Para o senador Jarbas Passarinho, isso deve sair hoje em torno de Cz\$ 750 milhões, no mínimo, o que é demais para a Previdência, que já tem um rombo previsto de Cz\$ 500 bilhões com a atualização das aposentadorias, também objeto de decisão da Constituinte.

A Constituinte aprovou ainda o pagamento de benefícios aos deficientes físicos, que ele estima em dois milhões de pessoas. Segundo o ex-ministro, foram decisões humanas, com fundamento de justiça e até dentro do espírito que levou à criação da Previdência Social. Mas ele está preocupado com o caixa, porque a quebra é inevitável. Além disso, lembrou, lá, o caixa só vai quando a economia está a pleno vapor, e isso só aconteceu na gestão do atual governador Waldires, quando houve super-

dor calcula que mais 500 mil pessoas ser-ão atendidas. Com a soma dos cerca de dois milhões de deficientes, todos ganhando um salário mínimo, está seguro de que o montante passa de Cz\$ 1 bilhão.

E todo esse pessoal estará recebendo sem ter contribuído, lembrou, para destacar depois que o processo inflacionário corrói os recursos da Previdência Social. Suas contas, porém, são de certo modo modestas na medida em que não somou o crescimento vegetativo da população nem o déficit estimado este ano para Cz\$ 300 bilhões.

O quadro levou o senador a prever o aumento das alíquotas de contribuição dos trabalhadores. Já que, na sua opinião, os recursos do Finsocial serão insuficientes para bancar as despesas, como pensavam os constituintes ao aprovar as medidas. Depois, "isso é despir um santo para cobrir outro", prosseguiu, lembrando que o Finsocial destinava recursos para a LBA, Funabem, Ceme e Ministério da Saúde, entre outros.

O senador pegou seu próprio exemplo para explicar como a inflação corrói os

## Aposentado ainda acha pouco

"A Constituinte aprovou o mínimo para os aposentados. Ainda falta muito para ser feito pela categoria". Essa é a opinião do presidente da Associação dos Economistas Aposentados do Distrito Federal, Alexandre Figueiredo Lopes dos Santos. Ela reflete o pensamento de grande parte dos cerca de 12 milhões de aposentados ou pensionistas do País.

Alexandre lembra que mesmo antes da Constituinte decidir vincular os atuais proventos dos aposentados à quantidade de pisos nacionais de salário, correspondente ao benefício da época de sua concessão, o INPS já estava caminhando nessa direção. "Vários aposentados entraram na Justiça e ganharam a causa, conseguindo reaver o número de salários mínimos hoje em seus proventos igual ao de quando se aposentaram", disse.

O presidente da Associação dos Economistas Aposentados adverte que os constituintes não deixaram claro se o que vai valer para a contagem de salários mínimos dos aposentados, será o Piso Nacional de Salários (hoje Cz\$ 12 mil 444) ou o Salário Mínimo de Referência (Cz\$ 8 mil 376). "Se o aposentado receber de acordo com o SMR seus proventos serão achatados", ressaltou.

A decisão da Constituinte de que os aposentados terão o número de salários mínimos que recebiam na época em que se aposentaram só vai valer no sétimo mês após a promulgação da Constituição. A dona-de-casa Nilza Terezinha Justen, 54 anos, carioca, residente na Asa Norte, comenta que continua desconsolada. Ela se aposentou por in-

validez em 1972, recebendo dois salários e meio do mínimo vigentes naquela época. Ultimamente não ganhava nenhum salário mínimo integral, tamanha foi a desvalorização de seus proventos no decorrer desses 16 anos.

"Para haver justiça, eu teria que receber hoje dois salários e meio do Piso Nacional de Salários e a diferença com juros e correção monetária do que eu deixei de receber nesses anos em que meu salário foi ficando cada vez menor", comenta. Ao constatar que vinha sendo prejudicada nesses anos todos, dona Nilza entrou há três meses com processo no INPS para atualizar seus proventos. Ela, que recebia entre Cz\$ 6 mil a Cz\$ 7 mil no início desse ano, viu este mês seu benefício pular para Cz\$ 22 mil, mas entende que ainda está sendo passada para trás pelo INPS. "Eu deveria receber pelo menos os dois salários e meio do PNS, que daria mais de Cz\$ 26 mil e não os Cz\$ 22 mil", comentou dona Nilza.

A decisão da Constituinte de vincular os atuais proventos dos aposentados à quantidade de pisos nacionais de salários, correspondente ao benefício na época de sua concessão, só vai beneficiar os 2,3 milhões dos cerca de 12 milhões de beneficiários da Previdência no País. Os demais aposentados — 4,7 milhões que ganham hoje apenas meio piso nacional de salários e 3,8 milhões que recebem 91,5 por cento do piso — só vão ter seus proventos atualizados depois de dois anos de promulgada a Constituição. A situação desses aposentados será definida no segundo turno da votação da Constituinte.